

D. JOÃO VI

As brasileiras cortaram
o cabelo quando ele chegou

150 anos depois da morte de nosso rei

Os 150 anos da morte de D. João VI podem passar despercebidos nas escolas primárias e de nível médio, naturalmente menos interessadas em interpretações de natureza sociológica ou psicológica ou especulações de ordem econômica. Mas a verdade é que sua personalidade se presta a uma análise pelo menos mais justa relativamente ao papel que desempenhou no Brasil, a partir da abertura dos portos.

D. João VI, que foi rei de Portugal, Brasil e Algarve, nasceu em Lisboa em 13 de maio de 1767 e ali morreu em 10 de março de 1826. Começou a governar em 1782, portanto aos 15 anos, mas só usou o título de príncipe regente de 1799 em diante.

Como não era herdeiro direto do trono, não mereceu as atenções que o primogênito de D. José recebeu da família. Mas como este não tivesse filhos, a família real cuidou de casar D. João VI com a infanta espanhola Carlota Joaquina: ele tinha 18 anos e ela 10. Na realidade, a união conjugal só se consumou em 1790, quando Carlota fez 15 anos. O casal teve nove filhos, embora vivessem em palácios separados. Aos filhos, por não se parecerem, foram atribuídas paternidades diversas.

D. José morreu em 1788 e D. João, a partir daí, ficou com o título de príncipe do Brasil, que cabia aos herdeiros do trono. Mas a demência da mãe, quatro anos depois, levou-o à monarquia aos 32 anos, de início como representante da rainha e, em 1799, como príncipe regente.

Em 1807, invadido Portugal pelas tropas napoleônicas, D. João resolveu imigrar para o Brasil, acompanhado de sua corte. Na nau Príncipe Real trouxe a mãe, louca, e os filhos Pedro e Miguel, atracando na Bahia em 22 de janeiro de 1808, em consequência de uma tormenta que desgarrou a esquadra. A 7 de março chegava ao Rio de Janeiro, onde o aguardavam os outros navios da frota.

Afirma o professor Sérgio Buarque de Holanda que inicialmente vieram cerca de 15 mil portugueses, entre nobres e plebeus, mas que em seguida chegaram outros navios, elevando esse número, num espaço não muito longo de tempo, para 25 mil (o Brasil tinha na época 80 mil habitantes, aproximadamente). Como curiosidade, lembra o professor que houve uma praga de piolho nos navios e as mulheres foram obrigadas a raspar a cabeça. Quando chegaram aqui, as brasileiras pensaram que fosse moda e também cortaram os cabelos (Caldas Barbosa, o introdutor da modinha no Brasil acompanhadas por violão ou guitarra, contaria numa delas que dos recém-chegados era ciciado, o que teria influenciado a pronúncia carioca de então).



Um retrato de D. João VI: suspeita-se que ele tenha morrido de envenenamento, em Lisboa, no dia 10 de março de 1826.

Lembrando que Oliveira Lima mostrou uma imagem positiva de D. João VI e Tobias Monteiro uma imagem negativa, o prof. Buarque de Holanda acha que ele foi melhor que os filhos, para o Brasil, por causa das circunstâncias. D. João VI era o tipo da pessoa "fraca, mas esperta".

Uma das maiores provas dessa esperteza ou sensibilidade foi a abertura dos portos, que proporcionaria excelentes negócios com a Inglaterra, com tarifa alfandegária mais favorável do que para Portugal (os produtos ingleses estavam sujeitos a uma tarifa de 15% ad-valorem, os portugueses a 16% e os demais a 24%; só anos depois as tarifas para Inglaterra e Portugal foram equiparadas).

Os ingleses tinham uma grande indústria e entraram no Brasil para valer, embora D. João VI já estivesse demonstrando bom trato nos negócios públicos. Na época, os portugueses não tinham condições de competir com eles em termos de preços e qualidade.

D. João VI alojou-se em princípio na antiga casa dos governadores, transferindo-se depois para a chácara de São Cristóvão (a atual Quinta da Boa Vista). Teve residências também na fazenda Santa Cruz e na ilha de Paqueta. Entre outros atos importantes estão a elevação do Brasil de colônia a reino, pela carta régia de 16 de dezembro de 1815, e o porto das minas de ouro e diamantes (Garcia Dias Pais, filho de

Fernão Dias Pais, foi responsável pela ligação direta do Rio para Minas).

Por força do movimento constitucionalista de 1820, no Porto, D. João VI foi obrigado a retornar a Portugal em abril do ano seguinte, com cerca de três mil cortesãos, deixando o governo do Brasil nas mãos do filho, D. Pedro. Em Portugal adaptou-se à nova condição de rei constitucional, conseguindo, porém, libertar-se em 1823 graças à inépcia das cortes, quando readquiriu a plenitude dos seus poderes. O filho, D. Miguel, que teve papel importante na Vilafranca de 1823, na Abrilada de 1824 quis depor o pai, para substituí-lo por D. Carlota Joaquina. D. João conseguiu destituir o infante do comando das armas, obrigando-o a exilar-se. Em 1825 reconheceria a independência do Brasil. Suspeita-se que D. João VI tenha morrido por envenenamento.

□

O prof. Sérgio Buarque de Holanda tem consiguido uma cópia microfilmada de toda a correspondência diplomática entre Brasil e Estados Unidos no período de 1809 a 1906. Ela revela alguns lances diplomáticos que se parecem muito com os atuais.

Por exemplo, em 16 de setembro de 1820 o encarregado dos negócios norte-americanos no Brasil escrevia ao secretário de Estado Quincy Adams que defendera diante de D. João VI as vantagens da neutralidade e que o rei lhe respondera com ênfase: "Como é bom não ter alianças." Appleton afirmava que dissera a D. João que com a França tivera a experiência de como era difícil satisfazer um aliado.

A correspondência posterior revelaria que enquanto os ingleses desejavam que o rei voltasse a Portugal — aqui ele estava tranquilo e contente — os americanos queriam que ele fizesse e instalasse uma monarquia americana, isto é, favorável aos americanos. Pela correspondência, vê-se que D. João não desejava nem restaurar o regime colonial nem deixar o Brasil.

Enquanto os ingleses não compravam nada do Brasil, lembra o prof. Buarque de Holanda que os Estados Unidos passavam por uma fase de desenvolvimento, sobretudo na Nova Inglaterra. A indústria francesa não era forte, mas seus artigos — vinhos, sedas, champagne, modas, perfumes — eram caros. Para o Brasil, Estados Unidos e Alemanha, que começava a desenvolver-se, tinham a vantagem de ser países que tomavam café (a França preferia comprar beterraba da Europa em lugar de comprar o nosso açúcar). O café tornou-se para os Estados Unidos uma bebida patriótica, já que os ingleses, senhores do mercado, impunham taxas altas para os chás, consumidos antes pelos norte-americanos. Também a Argentina começaria então a manter um pequeno comércio com o Brasil, com sua produção de tabaco, açúcar, café e algodão. O Brasil era a tábua de salvação para Portugal, envolvido em intrigas de corte, e — acreditavam os ingleses inicialmente — também para eles. Thomas Saunter, que substituiu Appleton, por sua vez escreveria ao substituto de Quincy Adams, Monroe (o da Doutrina), que os americanos tinham que esforçar-se por permanecer aqui.

Finalmente um julgamento do historiador português Oliveira Lima: D. João VI foi o último dos Bragança.

Folha de São Paulo
10.03.1976